

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 94/2021 - DL**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
R. Celso Tozzo, 27  
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**Processo Nr.: 215/2021  
Data: 30/11/2021**

Folha: 1/2

**Fornecedor: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE**

**Código: 20**

**Endereço:**

**Cidade: CHAPECO - SC**

**CNPJ: 01.336.261/0001-40**

**Inscrição Estadual:**

**Objeto da Compra:** A transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, relativo as despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos do Consórcio, adimplemento dos serviços especializados em saúde, de média e alta complexidade ambulatorial, a serem prestados aos municípios do Município de Cordilheira Alta e, adimplemento referente aquisição de medicamentos e insumos e correlatos - farmácia básica e psicotrópicos, t

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	12,00	ms	Adesão aos contratos de rateio CIS AMOSC para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde. (93-01-11453)
2	1,00	un	serviços especializados em saúde, de média e alta complexidade ambulatorial, a serem prestados aos municípios do Município de Cordilheira Alta, em conformidade com as diretrizes do SUS, sendo que o valor será repassado conforme os serviços de saúde efetivamente utilizados em cada mês de referência. (93-01-12383)

**XXVI** - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

**JUSTIFICATIVA**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ARTIGO 241, CRIOU A POSSIBILIDADE DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE UM ENTE FEDERADO PARA OUTRO, ESTABELECENDO QUE A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS DISCIPLINARÃO POR MEIO DE LEI OS CONSORCIOS PÚBLICOS E OS CONVENIOS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERADOS. AUTORIZANDO A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DE ENCARGOS, SERVIÇOS PESSOAIS E BENS ESSENCIAIS À CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS TRANSFERIDOS. SENDO ASSIM, PELO MOTIVO DE O CONSORCIO SER CONSIDERADO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO SOB A FORMA DE ASSOCIAÇÃO PÚBLICA E DEVIDO O MOTIVO DE O PREÇO SER COMPATÍVEL COM O PRATICADO NO MERCADO, JUSTIFICA-SE A PRESENTE CONTRATAÇÃO.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

PELO MOTIVO DE O CONSÓRCIO SER CONSIDERADO ASSOCIAÇÃO PÚBLICA COM PERSONALIDADE JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO E NATUREZA AUTÁRQUICA, REGENDO-SE PELOS DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, LEI FEDERAL 11.107/05, DECRETO FEDERAL 6.017/07, LEI FEDERAL 8.080/90 (LEI ORGÂNICA DA SAÚDE), LEI FEDERAL 8.142/90, PELO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E PELA REGULAMENTAÇÃO QUE VIER A SER ADOTADA PELOS SEUS ÓRGÃOS COMPETENTES.

-----  
EMERSON VERDI - PRESIDENTE DA COMISSÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 94/2021 - DL**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
R. Celso Tozzo, 27  
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**Processo Nr.: 215/2021  
Data: 30/11/2021**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

-----  
RUDIMAR MARAFON

**Valor da Despesa:** 734.800,00 (setecentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais)

**Pagamento.....:** em até 30 dias da emissão da nota fiscal

